

Democracia e corrupção: uma análise das instituições indianas

Democracy and corruption: an analysis of Indian institutions

Rodrigo Lins
Amanda Domingos

Resumo: Qual o papel da democracia e da corrupção no desenvolvimento socioeconômico da Índia moderna? Este artigo faz um debate teórico do papel da democracia e da corrupção no desenvolvimento econômico e social da Índia. Serão utilizados autores da vertente institucional da Ciência Política para discutir acerca da influência de tais instituições. Metodologicamente, o desenho de pesquisa combina estatística descritiva e uma revisão bibliográfica acerca da democracia e da corrupção e avalia dos dados advindos do *Quality of Government*, *Transparency International*, *Fund for Peace* e Banco Mundial. As conclusões sugerem que a corrupção e baixa qualidade das instituições democráticas podem servir para a perpetuação da desigualdade socioeconômica da Índia.

Palavras-chave: Índia; instituições políticas; corrupção; democracia.

Abstract: What is the role of democracy and corruption on the Indian socioeconomic development? This article makes a theoretical discussion of the role of democracy and corruption in the Indian socioeconomic development. Authors of the Political Sciences' the institutional branch to discuss about the influence of such institutions. Methodologically the research design combines descriptive statistics and a review about democracy and corruption, and assess the data from the Quality of Government, Transparency International, Fund for Peace, and World Bank datasets. The findings suggest that corruption and democratic institutions may serve to perpetuate socioeconomic inequality in India.

Keywords: India; political institutions; corruption; democracy.

Introdução

Qual o papel da democracia e da corrupção no desenvolvimento socioeconômico da Índia moderna? As ciências sociais em geral, e a Ciência Política, em específico, costumemente se encontram na tentativa de compreender e explicar relações em uma sociedade complexa. Em um país como a Índia, onde a política ainda está mergulhada em tradições milenares, como o sistema de castas, esse trabalho parece ser ainda maior. No entanto, as teorias institucionalistas se apresentam como uma ferramenta útil na compreensão do desempenho econômico e político do país sul-asiático.

Tais teorias se baseiam na história de cada país – como a origem de seu colonizador e as condições geográficas iniciais (propensão a doenças, fertilidade do solo, etc.) – para compreender o desenvolvimento das instituições e, por consequência, o desempenho do país. Levando em consideração as instituições indianas, duas parecem moldar a Índia do século XXI: a democracia e a corrupção. O que buscamos discutir acerca da relação dessas instituições e como elas interagem com a economia e a sociedade do país.

O estudo do país é importante devido à sua preponderância no quesito democracia e economia, além das consequências a nível de corrupção. A Índia aparece como a maior democracia do mundo, se levado em conta o número de eleitores: de acordo com a Comissão Eleitoral Indiana, mais de 810 milhões de pessoas estavam aptas a votar nas últimas eleições gerais, em 2014¹. Além disso, a Índia é um dos países que mais crescem economicamente. O crescimento do PIB projetado para 2016 é 7,5%. Apenas três países estão à sua frente: Mianmar, Costa do Marfim e Butão.

Esse crescimento econômico, no entanto, parece ser convidativo para práticas de corrupção dentro das instituições indianas. Luce (2008) relata conversas que teve com burocratas do país, que relatavam constantes favores concedidos em troca de dinheiro e abuso por parte daqueles que manuseiam bens preciosos na Índia, como a alimentação.

O principal objetivo do artigo é fazer um debate teórico sobre as instituições e seus críticos – principalmente a corrente geográfica –, levando em consideração a construção histórica. Assim, o trabalho está dividido da

¹ Em matéria da Aljazeera de 2014, o comissário eleitoral afirmou que o número exato era de 814 milhões de indianos aptos a votar.

seguinte forma: a primeira seção apresenta uma revisão da literatura institucional, em seguida a metodologia sumariza o desenho de pesquisa utilizado, a terceira parte versa sobre a interseção entre democracia e corrupção, em seguida são apresentados os resultados da pesquisa e, por fim, as limitações e as considerações finais.

1. INSTITUIÇÕES: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA.

Dentre as tradições mais sólidas e corriqueiramente utilizadas da Ciência Política, encontra-se a institucionalista. Possuindo duas versões: a velha e a nova. O antigo institucionalismo é datado de meados da década de 1960 e assume que apenas a influência das instituições molda os *outcomes* sociais e políticos. O neo-institucionalismo, por sua vez, surge por volta dos anos 1960 como resposta às tradições behavioristas que emergiam nas Ciências Sociais da época (HALL e TAYLOR, 2003). A proposta trazida pelo novo institucionalismo diz respeito às influências que as instituições produzem nos resultados político-sociais interagindo com (1) a história, (2) os indivíduos que fazem parte da instituição e (3) a racionalidade humana.

Segundo Bresser-Pereira (2009), as instituições passaram a ser um tema importante para cientistas políticos nos anos 1960, enquanto uma corrente de economistas a adotaram como principal causa do desenvolvimento econômico nos anos 1980. No entanto, de fato, o que significa uma instituição? Não há um conceito padrão para as instituições, ao contrário disso, há diversos autores que dão sua contribuição para a construção de tal conceito. Ostrom (1986) chama atenção para o fato de que as Ciências Sociais ainda não chegaram a um consenso sobre o sentido específico do termo. No entanto, para os propósitos deste trabalho, aceitamos a definição clássica apresentada por North (1990; 1991), de que instituições são restrições idealizadas pelos homens, que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas consistiriam em restrições informais e regras formais.

Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) – doravante AJR – constroem seu argumento levando em conta a origem colonial do país. De acordo com tal abordagem, as colônias eram um ambiente hostil ao desenvolvimento de boas instituições, uma vez que não havia incentivos para que os colonos permanecessem no local. A corrente geográfica, por sua vez, reconhece que as instituições desempenham um papel coadjuvante no desenvolvimento

dos países, como demonstrado por Rodrik (2007). Na visão crítica de Przeworski (2004), as instituições não podem ser consideradas causas primárias.

Segundo Rodrik (2007), o desempenho econômico de um país não passa de uma “variável instrumental”². O autor argumenta que países que nunca foram colonizados apresentam situações diversas no espectro econômico. Ilustra seu argumento a partir do exemplo de países que nunca foram colonizados: Etiópia e Afeganistão, que são países pobres, o rico Japão, e Turquia e a Tailândia estariam em algum lugar entre os dois primeiros exemplos. Exercício similar foi realizado por Acemoglu e Robinson (2012), ao comparar uma cidade ao norte do México com outra ao Sul dos Estados Unidos que, apesar de divididas apenas por um muro, apresentam diferenças institucionais e, conseqüentemente, são completamente diferentes.

Acemoglu e Robinson (2012) afirmam as instituições são, de fato, as principais responsáveis pelo desempenho econômico e político de um país e estão divididas em dois tipos: as inclusivas e as extrativas. As primeiras buscam incorporar o maior número possível de cidadãos e seriam o modelo de crescimento sustentável da economia. O tipo extrativo, por sua vez, seria comandado por uma elite governamental e burocrata que praticaria o *rent-seeking*. Esse modelo seria o existente em países autoritários e autocráticos.

Figura 1 - Modelo *Rent-Seeking*



Fonte: elaborado pelos autores.

Ainda reconhecendo o importante papel das instituições, Chang (2011) argumenta que é importante abordar o seguinte dilema: são as instituições que exercem influência no desenvolvimento de um país ou é o desenvolvimento deste país que resulta em melhores instituições? Caso a segunda colocação esteja correta, a Índia deveria experimentar uma mudança em suas instituições, uma vez que o crescimento econômico do

² Variáveis instrumentais são aquelas amplamente exógenas ao *output* (Y) ao ponto de só influenciá-lo através da variável independente. Para uma explicação mais aprofundada, ver: Menezes Filho (2012).

país já é robusto há duas décadas. Przeworski (2004) argumenta que instituições e desenvolvimento são mutuamente endógeno e nós só podemos esperar conseguir identificar seus impactos recíprocos.

2. DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO: UMA INTERSEÇÃO.

Antes de seguirmos adiante no debate sobre a democracia indiana, é preciso fazer um esforço para conceituar democracia da forma que a utilizamos. A literatura sobre o tema na Ciência Política é extensa e abarca uma gama de diferentes pontos de vista (SCHUMPETER, 1942; DOWNS, 1957; LIPSET, 1959; DAHL, 1971; O'DONNELL, 1973; BOLLEN, 1980; PRZEWORSKI, 1991; ALVAREZ *ET AL.*, 1996; VANHANEN, 1997; COLLIER E ADCOCK, 1999; BOLLEN E PAXTON, 2000; PRZEWORSKI *ET AL.*, 2000; MUNCK E VERKUILEN, 2002; ACEMOGLU E ROBINSON, 2006; EPSTEIN *ET AL.*, 2006; MUNCK, 2009).

No entanto, levando em consideração o caráter empírico do trabalho, optamos pelo conceito minimalista de democracia, como desenhado por Schumpeter (1942), por ser operacionalmente mais atraente. O autor define o regime democrático como um sistema de escolha dos governantes por meio de eleições competitivas. Tais eleições precisam carregar três características: incerteza *ex-ante*; irreversibilidade *ex-post*; e repetição (PRZEWORSKI *ET AL.*, 2000).

Seguindo a mesma lógica, Przeworski (1991; 1999) trata a democracia como um sistema no qual partidos perdem eleições. Onde perdedores aceitam a derrota e os vencedores assume os cargos. A visão minimalista, no entanto, aparece de forma mais didática em Alvarez *et al.* (1996), Przeworski *et al.* (2000), e Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010). As três principais características de uma democracia para essa literatura são: (1) O chefe do executivo deve ser escolhido por eleição popular ou por um corpo que tenha sido eleito pelo povo; (2) o legislativo deve ser eleito popularmente e, por fim, (3) mais de um partido deve disputar as eleições.

Para Schedler (2002), o foco eleitoral dado à democracia pode fazer com que regimes autoritários, que manipulam eleições e se perpetuam no poder, sejam classificados como democracias. Para evitar esse erro, Przeworski *et al.* (2000) apresenta um quarto fator, corroborado por Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010): é preciso que tenha acontecido alternância no poder, seguindo as mesmas regras que levaram a situação ao

Democracia e corrupção: uma análise das instituições indianas

cargo. Nos casos em que partidos nunca deixam o poder, mesmo vencendo todas as eleições, são considerados não democráticos.

No que diz respeito à Índia, a literatura aponta que para além da democracia há uma segunda instituição importante para o desenvolvimento do país: a corrupção (GUHA, 2012). Para os propósitos desse trabalho, utilizaremos como base o conceito de corrupção apresentado por Rose-Ackerman e Truex (2012, p. 3) onde está definido que corrupção é “o abuso do poder para benefício próprio”.

Portanto, por definição, os conceitos de democracia tendem a excluir a corrupção (KURER, 2004) por tratar-se de uma variável contrária aos conceitos e instituições desenvolvidas em um desenho democrático. Tais instituições (corrupção e democracia) não são conceitualmente relacionáveis, visto que, por definição, uma sugere interferência na outra. Exemplificando este pressuposto, Shleifer e Vishny (1993) apontam a venda irregular do patrimônio governamental pelos integrantes oficiais como uma primeira interferência e Winters e Weitz-Shapiro (2013) elencam a diminuição da característica de *accountability* como consequência da corrupção na democracia.

Ainda numa discussão conceitual, diversas são as evidências de que há um efeito não-linear da democracia na corrupção (ROCK, 2009; MELO e PEREIRA, 2013) haja vista a existência de instituições de controle interno e externo. A figura 1, extraído de (Melo, 2013), demonstra o efeito esperado que a democracia tenha sobre a corrupção. Após a democratização, espera-se que, com a incidência das sanções impostas pelo desenho democrático haja um primeiro aumento advindo da exposição dos atos de corrupção e, após isso, a efetividade dos instrumentos de *accountability*. Isso, portanto, torna o caso indiano um *outlier* no campo de estudo das referidas instituições e, portanto, um interessante estudo de caso.

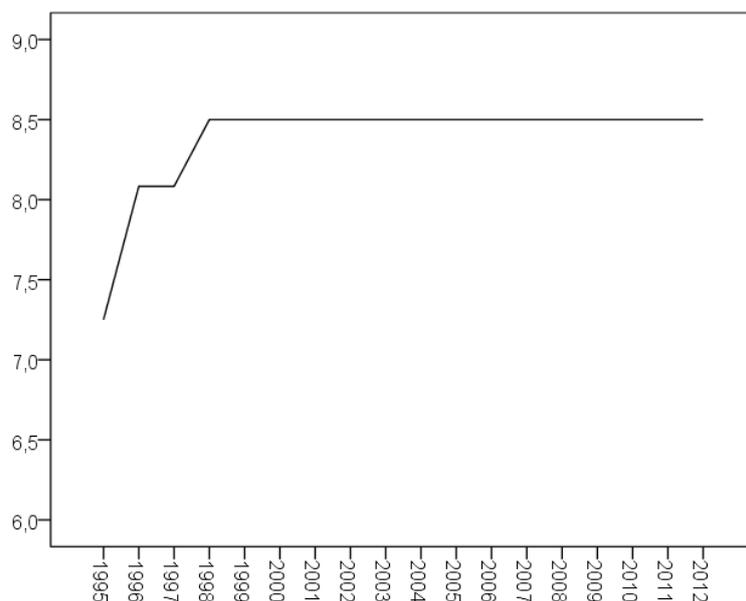
Figura 2 - Efeito da democracia sobre a corrupção



Fonte: Melo (2013)

De acordo com Lijphart (2007), a democracia no país se mantém estável desde sua independência, em 1947. O compartilhamento de poder, por outro lado, deixou de ser forte e passou a ser mais “permissivo” a partir do final dos anos 1960, sobretudo devido à ascensão do partido BJP e do ataque aos direitos das minorias. Na Índia, uma de suas instituições mais duradoras e desejáveis é a democracia. O país se orgulha de ser a “maior democracia do mundo” (GUHA, 2007). Segundo Ganguly e Mukherji, “a participação democrática pode estar desempenhando um papel silencioso na consecução de um crescimento econômico mais inclusivo” (2014, p. 105). Para Drèze e Sen (2015), a ideia de que a democracia significa apenas uma política eleitoral e liberdades civis é incompleta e insuficiente. Para os autores, a democracia é, principalmente, distribuição equitativa do poder. Seguindo os parâmetros conceituais de democracia apresentados anteriormente, de fato, como explanado na figura 2, a Índia possui escores altos nos índices de democracia propostos pelo *Polity VI* e *Freedom House*.

Figura 3 - Scores de democracia na Índia



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da *Freedom House* e imputados do *Polity*.

Os dados apresentados na figura anterior variam entre 0 e 1. Onde 1 significa um país completamente democrático e, por sua vez, 0 representa países não democráticos. Conforme os dados, a Índia foi de 7,25 em 1995 para 8,08 em 1996. Em seguida, saltou para 8,50 em 1998 – situação observada até 2012 (último ano da série histórica mensurado).

De acordo com a teoria origem colonial, de AJR, o país herdou pontos positivos e negativos. Por ter sido colônia britânica, (1) o legado da democracia parlamentarista, (2) e a exploração de seus colonizadores. A dicotomia – de ter experimentado as consequências “boas e ruins” de uma colonização – parece se refletir bem na Índia contemporânea. Isso porque as duas instituições mais marcantes do país parecem, ao menos inicialmente, estarem em lados opostos.

A democracia parlamentarista do país, apesar de suas falhas, deveria servir como uma forma de referendar as políticas postas em práticas pelos candidatos que foram eleitos. Mas as instituições do país, mantidas da forma que são – ao menos desde os anos 1970 –, terminam servindo apenas aos interesses dos que estão no poder: seja em cargos políticos ou na alta burocracia.

Bhaduri e Nayyar (1996) levantam duas questões: como uma relativa crise menor na economia criou uma reposta tão grande enquanto anos de fome e miséria não fez o mesmo? E como um governo de minoria aprovou essa reforma enquanto governos anteriores, com forte maioria, não o fizeram?

Existem dois argumentos para a eleição de corruptos: a falta de informação ou uma “co-corrupção” por parte dos eleitores (WINTERS E WEITZ-SHAPIRO, 2013). Na Índia, no entanto, existe uma problemática ainda maior. A democracia, bastante festejada pela mídia local, apresenta rachaduras, uma vez que o número de eleitores que comparecem às eleições é muito menor nas castas mais baixas do que nas mais altas. Assim, existe uma forte falta de representação para os mais necessitados. Dessa feita, a teoria da “co-corrupção” – ou demanda por corrupção – ganha força, uma vez que os que efetivamente votam são os mais ricos com interesses próprios. Luce (2007), em seu livro que retrata o surgimento da Índia moderna, mostra o impacto da corrupção no país:

“Building an airport, or undertaking any public project in India, is a relatively straightforward matter if you are not squeamish about corruption and do not mind too much about the quality of the end product” (LUCE, 2007, p. 64).

3. METODOLOGIA

Esta seção sumariza as técnicas e abordagens metodológicas utilizadas no trabalho a fim de torná-la clara, aderindo à prática de Replicabilidade, como apontada por King (1995). Isso implica dizer que todos os dados utilizados na elaboração deste trabalho estão publicamente disponíveis, ação que visa facilitar o desenvolvimento do tema estudado, além de garantir a transparência dos resultados encontrados.

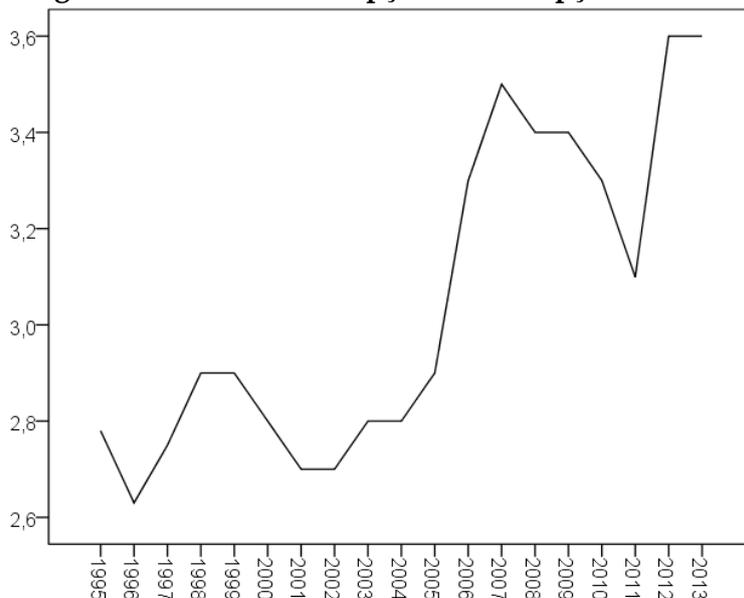
Para os fins deste trabalho será utilizada, fundamentalmente, uma abordagem histórica. Normalmente, é utilizada com o objetivo de explicar, adequadamente, resultados em um grupo específico de casos (MAHONEY E VILLEGAS, 2007, p. 74) e justifica-se, conforme explanado por Lipset (1960), pela necessidade de lidar com questões históricas particulares de qualquer sociedade. Outra justificativa plausível é a apresentada por North (1990) de que a história importa não só para que não se repitam os erros do passado, mas porque o presente e o futuro estão relacionados a ele.

Faremos uso, ainda, de estatística descritiva (gráficos e tabelas) para apresentar informações sobre o banco de dados utilizado no estudo e resumir tais dados, facilitando a assimilação das informações (AGRESTI E FINLAY, 2012; BOSLAUGH, 2012). Toda análise está calcada na utilização do *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 22.

4. RESULTADOS

Apesar de avanços, como a Lei de Direito à Informação³, promulgada em 2005, as práticas de corrupção parecem não sentir impacto profundo. Os dados do *Transparency International*⁴, que começou a mensurar um Índice de Percepção de Corrupção em 1995, corroboram o sentimento do autor (figura 2). O índice varia entre 0 e 10, onde 0 significa extremamente corrupto e 10, um país “limpo”.

Figura 3 - Índice de Percepção de Corrupção na Índia



Fonte: Elaboração dos autores, com dados do *Transparency International*.

Apesar de caminhar na direção de uma menor percepção de corrupção, o movimento se mostra bastante lento. É preciso estar atento à

³ Fruto de pressão popular, chamada de *Right to Information Act*, é válida em todos os órgãos do Governo Central indiano e, também, para os governos dos 28 estados.

⁴ Os dados encontram-se publicamente disponíveis em: <http://www.transparency.org/cpi2014>

escala utilizada. Em quase uma década, a Índia partiu de 2,8 para apenas 3,6, mantendo-se bastante próximo do extremo de países corruptos. No país há uma “fórmula”, bastante conhecida, de corrupção. Ela seria: $M + D = C$, significando *Monopoly + Discretion = Corruption* (LUCE, 2007). Em um dos casos apontados pelo autor, ele conta que um funcionário das *Fair Price Shop*, que distribui alimentos subsidiados pelo governo às pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, havia vendido o trigo de melhor qualidade – subsidiado pelo governo – no mercado negro e substituído por um de qualidade bem pior.

A corrupção é, notavelmente, um fenômeno problemático no que diz respeito a sua mensuração. Por isso, críticas podem ser feitas ao índice utilizado⁵. Ainda assim, essa é a única maneira de se acompanhar o sentimento de corrupção em um país, uma vez que os corruptos – por motivos óbvios – não se apresentarão para que se possa ser feita uma estimativa mais correta.

Levando em consideração o debate dessa seção, podemos nos perguntar como se dá a interação entre o Estado e o sistema econômico de mercados? Como aponta Przeworski (1995), são três as principais teorias dessa relação: (1) os Estados respondem às preferências dos cidadãos; (2) procuram realizar seus próprios objetivos; (3) ou agem de acordo com os interesses daqueles que possuem maior riqueza produtiva. O primeiro, dando grande ênfase ao papel da democracia, afirma que em um modelo político competitivo, os governantes e burocratas atuam de forma a buscar satisfazer a necessidade da maioria dos cidadãos. Esse seria, portanto, seu principal objetivo.

O segundo modelo, por sua vez, enxerga o Estado como instituições autônomas no que diz respeito à sociedade, refletindo os interesses dos governantes e burocratas que ocupam o poder. A economia, no terceiro modelo, constrange as ações do Estado. Nesse caso, os interesses dos proprietários privados dos recursos produtivos são aqueles que terminam

⁵ A literatura especializada chama atenção para o caráter não-linear da correlação entre democracia e corrupção. Em outras palavras, quando há a implementação de instituições democráticas, principalmente no que diz respeito às instituições de *accountability* horizontal, há um aumento na corrupção observada. No entanto, o que efeito observado é simplesmente o efeito da evidência da corrupção – não significando, portanto, que com o “nascimento” da democracia em determinado país haja o aumento da corrupção. Para mais detalhes, ver Melo e Pereira (2013).

Democracia e corrupção: uma análise das instituições indianas

prevalecendo no momento da tomada de decisão de políticas governamentais.

De forma menos técnica, Drèze e Sen parecem acreditar que o primeiro modelo seria o mais benéfico. Eles afirmam que é preciso considerar “ (1) as instituições que são importantes para o crescimento e o desenvolvimento tomados em conjunto” assim como “ (2) as necessidades institucionais específicas de traduzir as conquistas do crescimento na perspectiva mais ampla do desenvolvimento e florescimento dos seres humanos” (DRÈZE E SEN, 2015, p. 52).

A democracia indiana, portanto, deveria servir como forma de dirimir as exigências de agências multilaterais e ONGs internacionais, já que a própria população teria a capacidade de realizar suas próprias demandas (RODRIG, 2007). No entanto, o segundo modelo apontado por Przeworski – de que o Estado, políticos e burocratas atuam em causa própria – parecem se espelhar na situação indiana. Ao falar sobre a desigualdade nos Estados Unidos, Hacker e Pierson (2010) elaboram a hipótese de que o grande causador desse problema seria majoritariamente o governo e o sistema político em geral. Eles afirmam que o mercado não é uma instituição “pré-política”. Apesar de a democracia significar igualdade entre os participantes, ou eleitores, a disparidade econômica seria refletida na forma de gerenciar a política do país. No caso estudado pelos autores, um dos exemplos é a facilidade de se bloquear projetos e a dificuldade de executá-los. Assim, por mais que haja uma paridade no momento da eleição, existe um grande fosso no momento da representação.

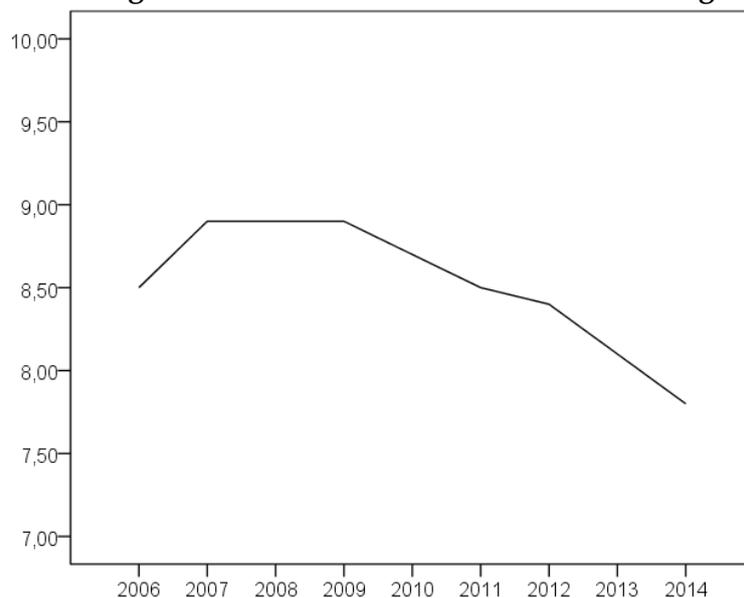
Devido aos problemas apresentados, as reformas exigidas agora não são apenas reformas econômicas, mas também políticas. A corrupção “endêmica” (COSTA LIMA, 2013) é vista como um dos principais entraves para a erradicação da pobreza no país. A falta de *accountability* é um dos principais pontos exigidos pela população.

Ainda assim, uma sociedade pode enfrentar fortes problemas na tentativa de transformações de instituições extrativas para inclusivas. Como Acemoglu (2003) argumenta, ainda que boas instituições aumente o “tamanho do bolo”, o fato de haver redução na parcela destinada aos grupos poderosos pode fazer com que tal transformação seja bloqueada. Qualquer reforma em um sistema, por mais que possa favorecer o país como um todo, pode soar como uma ameaça às elites.

Levando em conta a credibilidade das instituições indianas perante os próprios cidadãos, espera-se que apenas uma profunda reforma política tivesse condições de trazer maior credibilidade às representações nacionais. Em um país ainda extremamente marcado pelo sistema de castas, e infectado com extrema corrupção, a elite tem espaço de manobra necessário para se perpetuar suas necessidades e sua presença no poder.

Dados do *Fund For Peace*⁶ mostram que a desigualdade de desenvolvimento econômico no país ainda é grande. Com dados coletados entre 2006 e 2014, os países próximos de 0 seriam os que apresentam menor desigualdade, enquanto mais próximo de 10 significa mais desigual. O índice da organização se assemelha ao Índice de GINI, mas foi preferido por conter dados agrupados, que permitem uma comparação feita de ano em ano.

Figura 4 - Desenvolvimento Econômico Desigual



Fonte: Elaboração dos autores, com dados do *Fund For Peace*.

Os dados mostram que a variação máxima do índice para a Índia foi de 8,9 enquanto a mínima – obtida no último ano de mensuração (2014) –

⁶ Os dados estão publicamente disponíveis em: <http://fsi.fundforpeace.org/data>

Democracia e corrupção: uma análise das instituições indianas

foi de 7,8. Em quase uma década o país permanece flertando com o extremo do índice que aponta desigualdade.

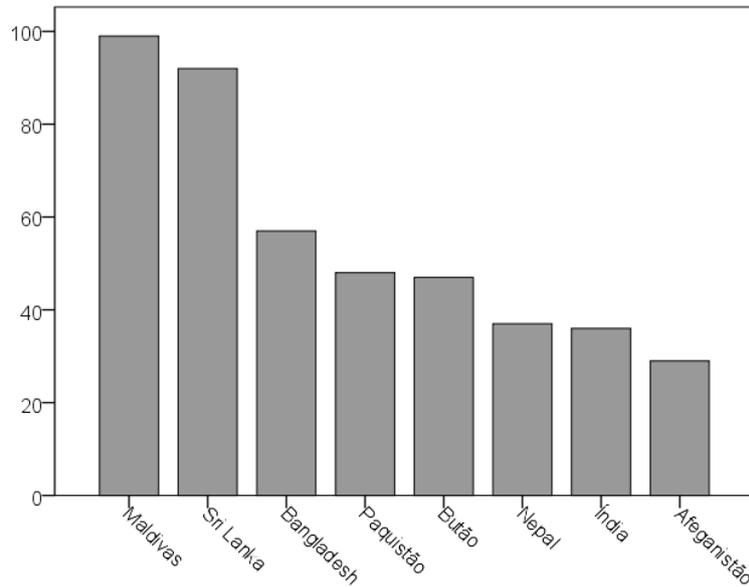
Essa questão já havia sido levantada pelo economista indiano Amit Bhaduri:

Após vários anos de crescimento, a Índia do século XXI se distinguiu como sendo o segundo país, depois dos Estados Unidos, em termos do conjunto combinado de riqueza de suas corporações bilionárias coexistindo com o maior número de “sem-teto”, de pessoas mal-nutridas e analfabetas, em escala mundial. Não é surpreendente, portanto, para os indianos comuns, que neste ritmo de crescimento e com tais efeitos, se perca a esperança de escapar da tragédia (BHADURI, 2012, p. 24-25)

Saindo da área econômica e entrando no âmbito social, é possível perceber que requisitos básicos ainda não são fornecidos para uma grande parcela da sociedade indiana. Tomemos a parcela da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas como exemplo. A figura 4 compara a situação da Índia em relação aos demais países do Sul da Ásia. Por sua vez, a figura 5 mostra como os indianos estão frente aos colegas dos Brics.

Figura 5 - Parcela da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas⁷ (2012)

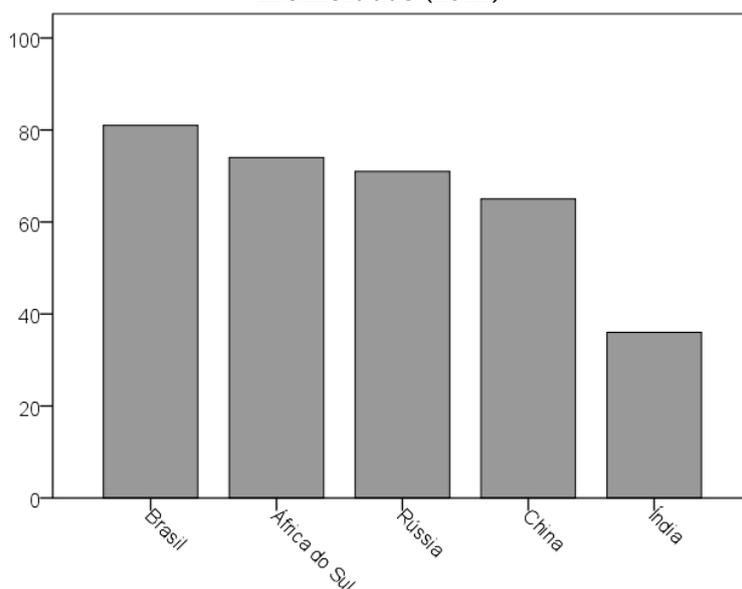
⁷ Para o Banco Mundial, as instalações sanitárias melhoradas (mencionadas nas figuras 6 e 7) são aquelas que incluem descarga, sistema canalizado para esgoto, latrina e banheiro seco.



Fonte: Elaboração dos autores, com dados do Banco Mundial.

Apenas o Afeganistão (29%), que notavelmente tem passado por um longo período de transtorno social e intervenções persistentes de forças estrangeiras, possui um valor inferior ao indiano. Maldivas (99%) e Sri Lanka (92%), por outro lado, se distanciam do restante do subcontinente. No entanto, quando a comparação é feita com países um pouco mais desenvolvidos, como o restante dos países dos Brics (figura 7), a situação da Índia se mostra ainda mais lamentável.

Figura 6 - Parcela da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas (2012)



Fonte: Elaboração dos autores, com dados do Banco Mundial.

A Índia é o país que tem o menor número de pessoas com acesso a instalações sanitárias melhoradas dentro do grupo. A China, que aparece com a segunda pior marca, está 29 pontos percentuais à frente do país sul asiático. Apesar de o país inteiro sofrer com esses problemas, não se pode falar dos problemas sociais enfrentados na Índia sem fazer referência às desigualdades internas, sobretudo: sob o sistema de castas; entre as áreas urbanas e rurais; e entre homens e mulheres.

O modelo de estratificação ainda permanece arraigado no país, apesar de ter sido oficialmente banido pela constituição construída ainda no período de Nehru⁸. Ainda que os “inter-jantares” tenham passado a ser comum no país, e até alguns casamentos entre membros de castas distintas, a política se tornou marcadamente um local de representação de castas (GUHA, 2007). As castas “atrasadas” passaram a usar as eleições como forma de se organizar e ganhar poder político e econômico.

No entanto, o poder burocrático ainda se mantinha nas mãos das castas mais altas. Por isso, em 1991 foi aprovada uma lei que garantia que

⁸ O próprio B. R. Ambedkar – “jurista brilhante” (GUHA, 2007) tido como um dos pais da constituição indiana – era de origem *dalit* (intocável). Ele ainda foi o primeiro a assumir o cargo de Ministro da Justiça, entre 1947 e 1950, na Índia independente.

27% dos empregos no governo indiano deveriam ser ocupados pelas castas atrasadas. Em resposta, houve protesto dos mais abastados, que viam diminuir suas chances de ocupar esse mesmo espaço.

Ainda que o levante político das castas mais baixas possa representar uma melhoria em comparação com os formatos anteriores, Chaudhury (2012) chama atenção para o fato da desigualdade existente dentro das próprias castas. Segundo o autor, apenas o “creme” de cada uma consegue ascender.

5. LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Antes de apresentarmos as conclusões desenhadas a partir das argumentações do trabalho, precisamos apresentar as limitações do nosso modelo. Esse é um passo importante para que outros pesquisadores identifiquem tais problemas e possam buscar e apresentar soluções alternativas para enfrenta-los.

Primeiramente, o trabalho teve um cunho mais teórico do que empírico. Dessa forma, não há como desenhar um sentido de causalidade entre as variáveis utilizadas aqui. Também é preciso ressaltar que os trabalhos que abordam corrupção se aventuram em estudos com dados insuficientes e, algumas vezes, com incorreções na mensuração. Como já mencionado anteriormente, ainda não há uma maneira de mensurar de forma correta o nível de corrupção dos casos estudados. Por isso, é preciso aceitar os dados de percepção que, por sua vez, podem refletir o sentimento dos entrevistados em dado momento, mas não necessariamente a realidade vivida no país.

Assim, o modelo histórico, que ainda contou com estatística descritiva para deixar claro e sustentar alguns trechos do embasamento teórico, serviu, portanto, para expandir a literatura institucionalista e, também, fomentar pesquisadores interessados no tema estudado como um todo, e na Índia em específico.

6. CONCLUSÃO

Primeiramente foi preciso fazer uma revisão literária acerca das teorias institucionalistas para, só então, apresentarmos as instituições indianas que mais se destacam: sua democracia e a corrupção endêmica (COSTA LIMA, 2013) que atinge o auto escalão burocrático do país, assim como seus partidos e políticos. Enquanto a democracia é, de fato, um regime político bastante difundido e desejável – principalmente em países ocidentais –, a forma que ela existe na Índia serve, majoritariamente, às

vontades de grupos políticos e econômicos específicos. Vimos que mesmo quando as castas mais baixas conseguem algum tipo de benefício, ele costuma ser voltado apenas para os mais abastados do grupo.

No entanto, boa parte dos problemas da democracia indiana está diretamente relacionada à segunda instituição mencionada anteriormente – a saber, a corrupção. Ainda que não seja oficialmente reconhecida enquanto tal, as instituições, como lembra North (1990), podem ser restrições formais e informais. Assim, por ser prática comum em todo o país, ela é essencial para compreender a forma da democracia indiana.

A corrupção na Índia parece ser um tutorial exemplar para a teoria de “co-corrupção” de Winters e Weitz-Shapiro (2013). Ainda que representantes de grupos socialmente desfavorecidos estejam sendo eleitos nas eleições indianas, as instituições políticas do país ainda permanecem nas mãos de pessoas que estão perpetuando o *status quo*.

Para Drèze e Sen (2015), esses problemas enfrentados pelo país poderiam ser corrigidos, ou ao menos dirimidos, com a adoção de práticas de *accountability* mais sérias no setor público. Seguindo a construção histórica apresentada e os dados levantados aqui, é possível ver uma tendência no desenvolvimento das instituições se e como as desigualdades econômicas e problemas sociais seguiram no mesmo sentido, embora o desenho de pesquisa implementado não nos permita inferir causalidade de modo mais sistemático.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron. (2003) Root Causes: a historical approach to assessing of the role of institutions in economic development. In: **Finance and Development**, p. 27-30.

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. (2012) Why Nations Fail: the origins of power, prosperity, and poverty. **New York: Crown Business**.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: an empirical investigation. In: **The American Economic Review**, vol. 91, nº 5, p. 1369-1401.

AGRESTI, Alan e FINLAY, Barbara. (2012) Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais. Porto Alegre: **Penso**.

ALJAZEERA. (2014) India Announces Election Dates. In: <http://www.aljazeera.com/news/asia/2014/03/indian-announces-election-dates-2014355402213428.html>.

BARDHAN, Pranab. (1997) "Corruption and Development: A Review of the Issues", **Journal of Economic Literature**, 35, 1320–46;

BHADURI, Amit. O Crescimento Predatório. In: COSTA LIMA, Marcos. (2012) *Política Internacional Comparada: o Brasil e a Índia nas novas relações Sul-Sul*. São Paulo: **Alameda**.

BHADURI, Amit e NAYYAR, Deepak. (1996). *The Intelligent Person's Guide to Liberalization*. New Delhi: **Penguin Books India**.

BOSLAUGH, Sarah. (2012) *Statistics in a Nutshell*. **O'Reilly**.

CHANG, Ha-Joon. (2011) *Institutions and Economic Development*. In: **Journal of Institutional Economics**, vol. 7 p. 473-498.

COSTA LIMA, Marcos. (2013) A Experiência Indiana: crescimento predatório e manutenção da pobreza. In: **Estudos Internacionais**. Vol. 1, n. 2, p. 185-203.

DAHL, Robert A. (2006). *A Preface to Democratic Theory*. **The University of Chicago Press**.

DREZE, Jean e SEN, Amartya. (2015). *Glória Incerta: a Índia e suas contradições*. São Paulo: **Companhia das Letras**.

GUHA, Ramachandra. (2007). *India After Gandhi: the history of the world's largest democracy*. New York: **HarperCollins Publishers**.

GANGULY, Sumit e MUKHERJI, Rahul. (2014). *A Índia desde 1980*. Rio de Janeiro: **Apicuri**.

HACKER, Jacob S. e PIERSON, Paul. (2010). *Winner-Takes-All Politics: how Washington made the rich richer and turned its back on the middle class*. New York: **Simon & Schuster Paperbacks**.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 58, p. 193-223.

KING, Gary. *Replication, Replication*. In: *PS: Political Science & Politics*, v. 28, nº 3, p. 444-452. 1995.

Kurer, Oskar. (2001). Why do voters support corrupt politicians? **The political economy of corruption**, 2, 63.

LAMBSDORFF, Johann Graf. (2006). "Causes and Consequences of Corruption: What Do We Know from a Cross-Section of Countries?", in Susan Rose-Ackerman, ed., **International Handbook on the Economics of Corruption** (Northampton: , MA: Edward Elgar), pp. 3–51.

LIPSET, Seymour Martin. (1960). *Political Man: the social bases of politics*. New York: **Doubleday & Company**.

- LUCE, Edward. (2008) *In Spite of the Gods: the rise of modern India*. New York: **Anchor Book Ed.**
- MAHONEY, James e VILLEGAS, Celso M. (2007). Historical Enquiry and Comparative Politics. In: BOIX, Carles e STOKES, Susan C. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. New York: Oxford University Press.
- MAURO, Paulo. (1995) "Corruption and Growth", **Quarterly Journal of Economics**, Vol. 110, No. 3, pp. 681-712.
- MELO, Marcus André; PEREIRA, Carlos. (2013). *Making Brazil work: checking the president in a multiparty system*. **Palgrave Macmillan**.
- MELO, Marcus André. (2013) *Corruption and Democracy in Brazil*. **Legatum Foundation Working Paper**.
- MENEZES FILHO, N. (2012). Avaliação econômica de projetos sociais. Fundação Itaú. **Dinâmica Gráfica e Editora**. São Paulo.
- NORTH, Douglass C. (1991). Institutions. In: **Journal of Economic Perspective**, vol. 5, nº 1, p. 97-112.
- _____. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. **Cambridge University Press**.
- OSTROM, Elinor. (1986). An Agenda for the Study of Institutions. In: **Public Choice**, vol. 48, p. 3-25.
- PRZEWORSKI, Adam. (2010). *Democracy and the Limits of Self-Government*. **Cambridge University Press**.
- _____. (1991). *Democracy and the Market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. **Cambridge University Press**.
- _____. (1995). *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro: **Relume-Dumará**.
- _____. (2004). The Last Instance: are institutions the primary cause of economic development? In: **European Journal of Sociology**, vol. 45, p. 165-188.
- RODRIG, Dani. (2007). *One Economics, Many Recipes: globalization, institutions, and economic growth*. **Princeton University Press**.
- SHLEIFER, Andrei & VISHNY, Robert. (1993), "Corruption". **The Quarterly Journal of Economics**, 108(3).
- STIGLITZ, Joseph E. (2013). *The Price of Inequality: how today's divided society endangers our future*. New York: **Norton**.
- TREISMAN, Daniel. (2000). "The Causes of Corruption: A Cross-National Study", **Journal of Public Economics**, 76, 399-457;

Rodrigo Lins
Amanda Domingos

WINTERS, Matthew S. e WEITZ-SHAPIRO, Rebecca. (2013). Lacking Information or Condoning Corruption: when do voters support corrupt politicians? In: **Comparative Politics**, vol. 45, nº 4, p. 418-436.

Recebido em: 13/04/2016

Aceito em: 15/07/2016